Habitação Económica Declaração

(Aplicável ao promitente-comprador de habitação económica/ elemento de agregado familiar e o seu cônjuge)

Eu,		, titular do bilhete de	identidade/passaporte ^{Nota1} de
n.º	, sou prom	itente-comprador de habitação econ	nómica/elemento do agregado
familiar,	que integra no boletim de	candidatura à habitação económic	ca n.º,
/cônjuge	de	_Nota 1, declaro que:	
I.	O meu estado civil é:		
	Solteiro(a)		
	` '	vor indicar o nome do unido de fact	to)
	Casado(a) com (por favor indicar o nome do cônjuge)		
	Divorciado(a) de (por favo	r indicar o nome do ex-cônjuge)	
		, desde o dia	de de 20
	Viúvo(a) de (por favor indi	icar o nome do ex-cônjuge)	
		, desde o dia	_ de de 20
		o, deverá preencher a tabela segui pectivo documento de identificação	•
	País ou região	Nome	Número
	1		
III.	☐ SOU (Caso afirmativo,	I, na Região Administrativa Espromitente-comprador ou profracção autónoma ou terrendo concessionário de terreno do aquisição efectuada através de de RAEM ou de outro país ou regiã Interior da China). , deverá preencher a tabela seguinte	oprietário de prédio urbano, o destinado a habitação ou domínio privado da RAEM, documento de identificação da fora da RAEM (incluindo o

- IV. Apresento, voluntariamente, todos os documentos comprovativos ou dados relevantes ao Instituto de Habitação (IH), para serem usados no tratamento do processo relativo à compra da habitação económica feita por mim/ meu cônjuge.
- V. Tenho pleno conhecimento de que todos os dados pessoais prestados serão usados pelo IH na apreciação da respectiva aquisição e na verificação da minha qualificação/ da qualificação do meu cônjuge à compra de habitação económica, bem como na prevenção de duplo gozo de benefício habitacional, e na utilização para o respectivo procedimento de comparação e conferência.
- VI. Concordo que o IH, na apreciação da minha qualificação/ da qualificação do meu cônjuge à aquisição de habitação económica, tenha o direito a proceder à comparação e conferência dos meus dados pessoais com os recolhidos para outras finalidades, de modo a verificar se aqueles dados são verdadeiros ou provocam interpretação errada, bem como adopte acções adequadas de acordo com o resultado da comparação e apreciação dos dados.

VII. Autorizo que o IH verifique e confira os respectivos dados com outros serviços do Governo na RAEM ou no exterior (incluindo mas não se limitando à Direcção dos Serviços de Finanças, Conservatória do Registo Predial, Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis, Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, Direcção dos Serviços de Identificação, Fundo de Segurança Social, Instituto de Acção Social e Corpo de Polícia de Segurança Pública), organismos públicos ou privados, empresas (incluindo mas não se limitando a bancos, instituições de crédito e instituições financeiras) ou respectivos empregadores (doravante designados por "entidades"), bem como concordo que as entidades acima mencionadas forneçam os meus dados pessoais disponíveis (incluindo mas não se limitando às informações das contas bancárias abertas a título individual ou conjuntas) ao IH, a fim de serem usados na comparação ou conferência dos dados apresentados por mim/pelo meu cônjuge para efeitos da candidatura. Os dados pessoais constantes na presente declaração podem ser revelados pelo IH às supramencionadas entidades, para os fins acima descritos.

VIII. Tenho conhecimento e aceito que o IH possa utilizar eventualmente os dados referidas para efectuar inquéritos e estudos estatísticos, concordando ainda que o IH exiba os documentos apresentados, à empresa de prestação de serviços de tratamento de dados, contratada pelo mesmo, para o efeitos de tratamento das candidaturas.

IX. Os dados apresentados na presente declaração são exactas, não tendo sido ocultadas nem fornecidas quaisquer dados que provoquem interpretação errada ou equívoco. Tenho pleno conhecimento de que, de acordo com o artigo 50.º da Lei n.º 10/2011 (Lei da habitação económica), alterada pela Lei n.º 11/2015, caso tenham sido prestadas falsas declarações e seja considerado(a) culpado(a), o IH pode invocar ou o tribunal pode declarar oficiosamente, a nulidade do respectivo contrato-promessa ou contrato de compra e venda, bem como posso incorrer em eventual responsabilidade penal Nota 2.

Assinatura do(a) Declarante de de 20

Nota 1: Por favor risque a parte não aplicável.

Nota 2: De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º (Falsificação de documento) do Código Penal, quem fizer constar falsamente de documento facto juridicamente relevante é punido com pena de prisão até 3 anos, ou com pena de multa.